


|   |   |
|---|---|
|  | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>          |   |

## I. Introdução

1. Esta Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários (“Política de Gestão de Riscos”) se aplica à atividade de administração de carteiras de valores mobiliários exercida pelo Conglomerado Financeiro Banrisul e descreve os controles, o gerenciamento, o monitoramento, a mensuração e os ajustes permanentes dos riscos das carteiras de valores mobiliários sob a administração fiduciária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Administrador Fiduciário) e a gestão de recursos da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Gestor de Recursos).
2. Com base nessa Política de Gestão de Riscos, o Gestor de Recursos estabelece as políticas e diretrizes sob as quais identifica e acompanha a exposição aos riscos de mercado, de liquidez, de concentração, de contraparte, operacionais e de crédito relevantes das carteiras de valores mobiliários, com vistas a mitigar a possibilidade de eventuais ocorrências de não aderência à relação entre risco e retorno das carteiras e a permitir o ajuste permanente dos riscos inerentes a cada carteira.
3. Essa Política de Gestão de Riscos está em consonância com as Instruções CVM nº 555, de 17/12/2014 (ICVM 555) e nº 558, de 26/03/2015 (ICVM 558) e alterações posteriores, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento e demais regulações e melhores práticas vigentes.
4. Cabe ao Gestor de Recursos a responsabilidade de implementar e manter essa Política de Gestão de Riscos atualizada, ao menos anualmente, e fazer os ajustes nas carteiras de valores mobiliários, quando necessário. Especificamente no que tange ao risco de liquidez, essa responsabilidade é compartilhada com o Administrador Fiduciário.
5. Cabe ao Administrador Fiduciário o dever de supervisionar diligentemente a gestão de riscos implementada pelo Gestor de Recursos, gerir, conjuntamente com o Gestor de Recursos, o risco de liquidez das carteiras de valores mobiliários e, conforme acordo operacional assinado entre as partes, monitorar e mensurar os riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários, em consonância com essa Política de Gestão de Riscos.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 1 de 26 |


**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários****II. Das Finalidades e Diretrizes Gerais**

6. A Política de Gestão de Riscos tem como finalidades gerais:
- Instituir princípios, procedimentos e padrões adequados ao gerenciamento de riscos de mercado, de crédito, de liquidez, de concentração, de contraparte e operacionais para as carteiras sob a administração e/ou gestão do Banco;
  - Gerenciar, por meio de metodologias e modelos, os riscos das carteiras, bem como simular os riscos decorrentes de alterações nestas, permitindo embasar decisões estratégicas de alocação de recursos, com agilidade e alto grau de confiança;
  - Assegurar as melhores práticas no gerenciamento de riscos das carteiras dos fundos de investimento e adotar medidas de aperfeiçoamento dos processos e de continuidade dos negócios.
  - Atender às demandas dos órgãos reguladores com relação ao cálculo dos riscos e à disponibilização das informações pertinentes às exposições assumidas pelas carteiras dos fundos de investimento.
7. São diretrizes gerais da Política de Gestão de Riscos:
- Manter os processos e instrumentos adotados para identificar, mensurar, monitorar, controlar, ajustar e gerenciar a exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, de concentração, de contraparte e operacionais das carteiras compatíveis com a regulamentação e regulação vigente, a política de investimento e a diversificação da carteira definida no regulamento ou no contrato; com a natureza dos ativos financeiros que compõem as carteiras e com o público alvo a quem se destina, devendo estar em conformidade com as normas vigentes e as medidas de controle previstas;
  - Atuar de forma independente, com desvinculação hierárquica no gerenciamento de riscos das carteiras das áreas de gestão de recursos e de distribuição;
  - Manter as políticas, as estratégias, os critérios e a estrutura estabelecida para o gerenciamento de riscos adequadamente documentadas e evidenciadas.
  - Assegurar a integridade e as melhores práticas para as estimativas das estatísticas realizadas.

**III. Das Definições**

8. Riscos de Mercado: Define-se como risco de mercado a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nas cotas dos fundos de investimento devido a movimentos nos preços dos ativos financeiros, provocados por

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 2 de 26 |

|   |   |
|---|---|
|  <b>Banrisul</b> | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>                          |   |

flutuações no mercado financeiro e economia dentre as quais, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações e dos *commodities* e índices de inflação. De acordo com a CVM, o risco de mercado é a apuração do potencial de perda financeira de uma carteira associada, única e exclusivamente, à oscilação das variáveis de mercado.


9. Risco de Crédito: É o risco decorrente da possibilidade dos emissores dos ativos financeiros que compõem as carteiras dos fundos de investimento não cumprirem suas obrigações, parcial ou integralmente, diante da data combinada. Desse modo, o risco de crédito consiste não somente em risco do emissor ficar totalmente inadimplente com suas obrigações, mas também em apenas poder pagar uma parte de seus compromissos, após a data combinada, para o fundo de investimento detentor do ativo financeiro. De acordo com a CVM, o risco de crédito consiste no risco dos emissores de títulos e valores mobiliários que integram a carteira do fundo não cumprirem com suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas. O risco de crédito está relacionado aos títulos de dívida de emissores privados.

10. Risco de Liquidez: É a possibilidade do fundo de investimento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade do fundo de investimento não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

11. Risco de Concentração: Está associado à exposição a um determinado emissor ou fator de risco específico que possa, individualmente, representar um fator relevante de risco para a carteira de determinado fundo de investimento. De um risco de concentração pode resultar um risco de crédito, no caso de determinado emissor entrar em uma situação de insolvência; em risco de mercado, caso o ativo em questão resulte em volatilidades adicionais significativas para a carteira; ou mesmo em risco adicional de liquidez, caso a concentração represente uma dificuldade adicional para que o Gestor de Recursos atenda suas necessidades de caixa.

12. Risco Operacional: definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se: (a) fraudes internas; (b) fraudes externas; (c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; (d) práticas

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 3 de 26 |

|   |   |
|---|---|
|  | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>          |   |

inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; (e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; (f) aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição; (g) falhas em sistemas de tecnologia da informação; (h) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

13. Risco de Contraparte: Define-se risco de contraparte como a possibilidade do Gestor não receber ativos ou recursos financeiros, previamente acordados, em função de problemas relacionados ao intermediador da operação.

#### IV. Das Responsabilidades e do Organograma

14. É de responsabilidade do Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos implementar e manter atualizada essa Política de Gestão de Riscos, permitindo o monitoramento, a mensuração, o controle, o gerenciamento e o ajuste permanente dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários, contudo, sem participar da decisão de investimentos das carteiras de valores mobiliários. Compete ao Diretor de Controle e Risco:

- i. Verificar o cumprimento da Política de Gestão de Riscos;
- ii. Assegurar que o processo de gerenciamento dos riscos possa identificar, avaliar, controlar, monitorar e comunicar os riscos associados às carteiras de valores mobiliários;
- iii. Assegurar a aplicação das diretrizes da Política de Gestão de Riscos, bem como os controles internos das carteiras;
- iv. Responder pelo controle e gerenciamento de riscos das carteiras de valores mobiliários perante os órgãos reguladores e entidades de regulação e melhores práticas;
- v. Avaliar e acompanhar as exposições dos riscos das carteiras, encaminhando o Relatório de Monitoramento da Exposição a Riscos para as pessoas, órgãos e frequência definidos nessa Política de Gestão de Riscos;
- vi. Requerer ação e/ou ajuste da exposição ao risco, em consonância com essa Política de Gestão de Riscos;
- vii. Supervisionar, diligentemente, se houver, terceiro contratado para mensurar os riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários.
- viii. Deliberar, com a anuência do Comitê de Recursos de Terceiros Nível I, sobre os limites de exposição e os níveis de alerta a serem adotados pelo Gestor de Recursos, quando os mesmos não estiverem expressos nos regulamentos ou nos contratos das carteiras de valores mobiliários.

15. Cabe à Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos:

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 4 de 26 |

**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**

- i. Deliberar sobre as estratégias de negócios dos fundos de investimento, incluindo o apetite de risco das carteiras, acerca dos investimentos e desinvestimentos das carteiras, garantindo que as operações realizadas tenham sempre propósitos econômicos compatíveis com sua política de investimento, observando os critérios técnicos e os limites de exposição a riscos estabelecidos nessa Política de Gestão de Riscos;
- ii. Tomar as providências para ajustar a exposição a risco das carteiras, quando requerido pela Diretoria de Controle e Risco;
- iii. Avaliar os resultados reportados pela Diretoria de Controle e Risco, através do Relatório de Monitoramento da Exposição a Riscos, ajustando a exposição aos riscos e, conforme o caso, deliberando sobre a adoção de estratégias para a correção de eventuais desequilíbrios e/ou inconsistências levantadas, manifestando-se ou justificando-se, se for o caso, perante à Diretoria de Controle e Risco, em consonância com a Política de Gestão de Riscos.

16. Ao Diretor de Administração de Recursos de Terceiros compete a responsabilidade pela Administração Fiduciária dos serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários.

17. Sem prejuízo da responsabilidade da Diretoria de Controle e Risco do Gestor de Recursos e observando-se a exigência de não participar das decisões de investimento das carteiras de valores mobiliários, cabe à Unidade de Gestão de Riscos Corporativos do Conglomerado Financeiro Banrisul:

- i. Monitorar e mensurar os riscos de mercado, de liquidez, de concentração, de contraparte, de crédito e operacionais que sejam relevantes para as carteiras, com base em técnicas, instrumentos e estrutura adequada e nos limites de exposição a risco de cada uma das carteiras;
- ii. Identificar os riscos que possam impactar as estratégias das carteiras de valores mobiliários;
- iii. Propor ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e ao Diretor de Controle e Risco alterações nas políticas, manuais, procedimentos, metodologias do gerenciamento dos riscos com vistas a implantar mecanismos para melhoria contínua do gerenciamento desses riscos;
- iv. Executar os cálculos, rotinas e procedimentos necessários à mensuração, monitoramento e gerenciamento de risco das carteiras de valores mobiliários, em consonância com as metodologias, limites e procedimentos de gerenciamento de riscos aprovadas nas instâncias superiores;
- v. Elaborar e atualizar, sistematicamente, o Relatório de Monitoramento da de Exposição a Riscos permitindo, assim, que sejam verificados pontos de atenção, concentração e a evolução tanto de forma qualitativa quanto quantitativa dos riscos a que as carteiras estejam sujeitas;

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 5 de 26 |

**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**


- vi. Avaliar modelos, sistemas e planilhas de cálculos utilizados no gerenciamento de riscos das carteiras;
- vii. Encaminhar, diariamente, à Diretoria de Controle e Risco o Relatório de Monitoramento a Exposição a Riscos, permitindo que sejam verificados pontos de atenção, concentração e também a evolução tanto de forma qualitativa quanto quantitativa do gerenciamento de riscos;
- viii. Encaminhar, mensalmente, à Diretoria de Controle e Risco relatórios de acompanhamento dos riscos das carteiras, permitindo que sejam verificados pontos de atenção, concentração e também a evolução tanto de forma qualitativa quanto quantitativa;
- ix. Reportar à Diretoria de Controle e Risco, a qualquer momento, se observadas inconsistências, violações, alterações relevantes e ou outras situações que porventura possam vir a alterar as diretrizes de gerenciamento de riscos aprovadas;
- x. Implementar as ações para a mensuração, o monitoramento e a mitigação dos riscos associados às carteiras, de acordo com as deliberações do Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e da Diretoria de Controle e Risco do Gestor de Recursos;
- xi. Executar as atividades de gerenciamento de riscos das carteiras, visando a fornecer subsídios para as instâncias diretivas, consultivas e público externo;
- xii. Indicar profissional para participar como convidado, sem direito a voto, nas reuniões do Comitê de Investimentos do Gestor de Recursos, apresentando os relatórios e/ou resultados do gerenciamento de riscos;
- xiii. Realizar, periodicamente, testes de estresse que permitam identificar riscos que possam comprometer as carteiras;
- xiv. Atender às demandas dos órgãos reguladores e entidades de regulação e melhores práticas com relação ao cálculo e ao envio de informações pertinentes às exposições assumidas pelas carteiras, conforme normativos específicos, para cada modalidade de risco.

18. No âmbito dessa Política de Gestão de Riscos e em consonância com o Acordo Operacional entre as partes, a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos do Conglomerado Financeiro Banrisul reporta-se, hierárquica e funcionalmente, ao Diretor de Controle e Risco do Administrador Fiduciário.

19. Compete à Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, subordinada ao Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos, avaliar, diariamente, o Relatório de Monitoramento a Exposição a Riscos reportado e, em caso de eventuais desequilíbrios e/ou inconsistências, ajustar ou propor ao Comitê de Investimentos e ao Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros, ajustes pontuais das carteiras e monitorar o fluxo de caixa diário das carteiras.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 6 de 26 |



|   |   |
|---|---|
|  <b>Banrisul</b> | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>                          |   |

20. Cabe à Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros, em relação à gestão de riscos, o seguinte:

- i. Gerenciar, em conjunto com o Gestor de Recursos, a liquidez das carteiras dos Fundos de Investimento, adotando políticas, práticas e controles internos necessários para que a liquidez seja compatível com os prazos determinados nos regulamentos ou contratos e com o cumprimento das obrigações dos recursos administrados, mantendo caixa suficiente para atender as características dos investidores e dos investimentos das carteiras;
- ii. Controlar as movimentações do caixa e administrar os lançamentos relacionados ao pagamento de despesas dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas no sistema de gerenciamento de ativos;
- iii. Emitir e disponibilizar, diariamente, por meio do sistema de gerenciamento das carteiras, relatórios com posições atualizadas de ativos, caixa e cotas;
- iv. Controlar as posições individualizadas e o histórico das movimentações dos cotistas no sistema de gerenciamento do passivo, registrando, diariamente, as cotas emitidas, resgatadas e o total de cotas em estoque de cada um dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas.

21. A Gerência de Administração Fiduciária da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros é responsável, no nível em que lhe for delegado, pela coordenação e execução das atividades de administração fiduciária, relacionamentos e controles internos dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, observando a legislação, a regulamentação e a regulação e melhores práticas vigentes. Deve, também, acompanhar, supervisionar e fiscalizar as atividades exercidas pela Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros da Banrisul Corretora de Valores, assim como dos demais prestados de serviços dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, a qual cabe selecionar, contratar e monitorar os serviços prestados.

22. A Controladoria do Administrador Fiduciário é a responsável pelo *compliance* da gestão de riscos das carteiras. A ela cabe verificar o cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos exigidos para a atividade de Administração de Carteira de Valores Mobiliários.

23. O Comitê de Recursos de Terceiros Nível I é um órgão de governança consultivo e deliberativo dos serviços profissionais de administração de carteiras, de responsabilidade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Administrador Fiduciário) e da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Gestor de Recursos). É composto pelos seguintes integrantes fixos, com direito a voto: (i) Diretor de Administração de Recursos de Terceiros do

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 7 de 26 |

**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**

Administrador Fiduciário (coordenador); (ii) Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos; (iii) Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos; e (iv) Superintendente Executivo da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros. Seu quórum mínimo é de 3 (três) integrantes mais o Coordenador do Comitê. As deliberações são tomadas por maioria simples e, em caso de empate, o voto do coordenador é contado em dobro. As reuniões ocorrem mensalmente ou extraordinariamente, sempre que forem registradas demandas relacionadas às atividades de administração de carteiras de valores mobiliárias para avaliação e ou deliberação. Compete ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I, em relação à gestão de riscos, apreciar e deliberar acerca:

- i. Das políticas, códigos, manuais e macroprocessos relativos às atividades de administração de carteiras, aplicáveis tanto ao Administrador Fiduciário quanto ao Gestor de Recursos;
- ii. Do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos atinentes às atividades de administração de carteiras, tanto do Administrador Fiduciário como do Gestor de Recursos;
- iii. Da gestão de riscos de cada carteira de valores de mobiliários, inclusive sobre eventuais ajustes necessários às carteiras;
- iv. Dos desenquadramentos das carteiras de valores mobiliários, relativos aos limites de composição e concentração de ativos financeiros e de concentração em fatores de risco;
- v. Da gestão de liquidez das carteiras de valores mobiliários.

24. O Comitê de Recursos de Terceiros Nível II, dentre outros objetivos, é um órgão consultivo quanto à política de gestão de riscos e ao manual de gerenciamento de liquidez. É integrado pelos seguintes membros com direito a voto: (i) Superintendente Executivo da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros (coordenador); (ii) Superintendente Executivo da Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco; (iii) Superintendente Executivo da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos; e (iv) Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade. Para os assuntos relacionados à gestão de riscos, devem ser incorporados ao Comitê, como integrantes com direito a voto, o Gerente Executivo e ou o analista responsável pela gestão de riscos das carteiras de valores mobiliários da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. O quórum mínimo é de 2 (dois) integrantes com direito a voto mais o Coordenador do Comitê, observada a obrigatoriedade da participação dos integrantes nas reuniões cujas matérias estejam vinculadas às respectivas áreas. O Comitê reúne-se mensalmente, ou extraordinariamente, no âmbito da gestão de riscos, sempre que houver encaminhamentos da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos relativos à política de gestão de riscos. As deliberações do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II são tomadas por maioria simples e, em caso de empate, conta-se em dobro o voto do coordenador.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 8 de 26 |



**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**

25. O Comitê Fiduciário como órgão consultivo à Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Administrador Fiduciário) quanto as atividades de administração fiduciária desenvolvida pela Unidade de Administração de Recursos de Terceiros. É composto pelos seguintes integrantes da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros, com direito a voto: Superintendente Executivo (coordenador); Gerentes Executivos; Analista responsável pelos controles internos; Analista responsável pela administração fiduciária; Analista responsável pela controladoria diurna; Analista responsável pela controladoria noturna; demais analistas; Assistentes, sem direito a voto. Seu quórum mínimo é de 3 (três) integrantes, sendo que, 2 (dois) deles deverão ser obrigatoriamente executivos. As reuniões ocorrem ordinariamente a cada 15 (quinze) dias e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo convocado por seu Coordenador. Em relação aos assuntos relacionados à gestão de riscos, compete ao Comitê, avaliar e emitir parecer sobre:

- i. Relatórios de auditoria interna e externa, de cumprimento das regras, procedimentos e controles da ICVM 558, de controles internos, de gestão de riscos, dentre outros;
- ii. Risco de liquidez dos fundos de investimento, de forma que a liquidez seja compatível com os prazos previstos nos regulamentos para pagamento dos pedidos de resgate e o cumprimento das obrigações dos fundos de investimento;
- iii. Eventual iliquidez de ativos, desenquadramentos das carteiras dos Fundos de Investimento e do tratamento tributário aplicável e planos de ação para reenquadramento;
- iv. Composição e desempenho das carteiras dos Fundos de investimento e Carteiras Administradas apresentadas pelo Gestor de Recursos;
- v. Fechamento/abertura de fundos de investimento para a captação de cotistas;
- vi. Estudos técnicos, projetos, relatórios, textos, pareceres, planos, relatórios e análises relativas (a) a indústria de fundos de investimento, sua evolução, concentração de investidores, taxa de administração e rentabilidades médias da indústria, (b) a evolução do patrimônio administrado, a dispersão das cotas de fundos de investimento de propriedade dos cotistas (concentração), a rentabilidade e a taxa de administração médias; e (c) alterações na regulamentação e regulação e melhores práticas, incluindo alterações na legislação tributária;
- vii. Processos que possam afetar a continuidade de negócios da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros e outros processos correlatos desenvolvidos por outras áreas do banco;
- viii. Risco operacional da atividade de administração de carteiras;
- ix. Conflitos de interesses na atividade de administração de carteiras.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página         |
|--------|--|----------------------------|--|--|----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 9 de 26 |

**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**

26. O Comitê de Investimentos é um consultivo à Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Gestor de Recursos) na tomada de decisão relativa à gestão de recursos das carteiras de valores mobiliários sob a administração fiduciária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O Comitê de Investimentos será composto pelos seguintes integrantes da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros da Banrisul Corretora: Gerente Executivo (coordenador); Analista responsável pela gestão de renda fixa; Analista responsável pela gestão de renda variável; Demais analistas; Assistentes, sem direito a voto. Considera-se constituída a reunião do Comitê que contar com a presença de, no mínimo, 3 (três) integrantes. A frequência ordinária das reuniões é a cada 15 (quinze) dias e, extraordinariamente, ocorre sempre que necessário, sendo convocado por seu Coordenador. Os pareceres do Comitê de Investimentos serão aprovados por maioria simples, e encaminhados para a tomada de decisão e deliberação final e exclusiva da Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros. Em relação à gestão de riscos, compete ao Comitê as seguintes atribuições:

- i. Avaliar e monitorar a liquidez das carteiras de valores mobiliários;
- ii. Avaliar o investimento e desinvestimento em ativos financeiros, observados os limites e condições estabelecidas na regulação, as políticas de investimento e os riscos acordados no regulamento, contrato ou na Política de Gestão de Riscos, assim como as práticas elencadas na Política Formal de Investimento do Gestor de recursos quanto aos ativos financeiros;
- iii. Basear suas avaliações em constante análise do retorno e do risco esperados dos ativos financeiros disponíveis para a negociação, e considerar os seguintes fatores em relação ao risco das carteiras: (a) assegurar que toda a exposição a risco está sendo devidamente remunerada, de acordo com os padrões vigentes no mercado e (b) não ultrapassar os limites de risco acordados no regulamento e ou contrato ou aqueles definidos na Política de Gestão de Riscos e, quando acontecer, tomar as providências necessárias para ajustar a exposição;
- iv. Avaliar eventuais desenquadramentos das carteiras quanto aos limites e condições estabelecidas na regulação, nas políticas de investimento e nos riscos acordados no regulamento, contrato ou na Política de Gestão de Riscos e providências para ajustar a exposição ao risco das carteiras, bem como avaliar eventuais deficiências identificadas pelos controles internos;

27. Ainda, no âmbito dessa Política de Gestão de Riscos compete:

- i. À Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros do Administrador Fiduciário gerir, em conjunto com o Gestor de Recursos, a liquidez das carteiras de valores mobiliários;

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 10 de 26 |

- ii. À Unidade de Administração de Recursos de Terceiros, subordinada ao Diretor de Administração de Recursos de Terceiros do Administrador Fiduciário, verificar se o Gestor de Recursos adota política de gerenciamento de risco consistente e passível de verificação, efetivamente levada em conta no processo de decisões de investimento;
- iii. À Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco, subordinada ao Diretor de Controle e Risco do Administrador Fiduciário, recomendar limite de crédito para os emissores e emissões privadas, emitidos por companhias ou instituições financeiras;
- iv. À Controladoria, órgão do Conglomerado Financeiro Banrisul, subordinado ao Diretor de Controle e Risco do Administrador Fiduciário, realizar o *compliance* do processo do gerenciamento de riscos das carteiras, de forma a assegurar que as regras aplicáveis estejam sendo respeitadas, reportando, semestralmente, a conformidade ou não do processo ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I.

28. O organograma abaixo evidencia que a atividade de gestão de riscos das carteiras está estruturada de forma que sua atuação seja conduzida de forma independente, com segregação das áreas de gestão de recursos, bem como das demais atividades desenvolvidas pelo Gestor de Recursos, sob a responsabilidade da Diretoria de Controle e Risco. No âmbito dessa Política, a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, contratada pelo Gestor de Recursos para monitorar e mensurar os riscos inerentes às carteiras, subordina-se, hierárquica e funcionalmente, ao Diretor de Controle e Risco do Administrador Fiduciário, porém o reporte das informações de gerenciamento de riscos das carteiras de valores mobiliários, objeto desta Política de Gestão de Riscos, é feito diretamente ao Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos, em consonância com Acordo Operacional assinado entre as partes.

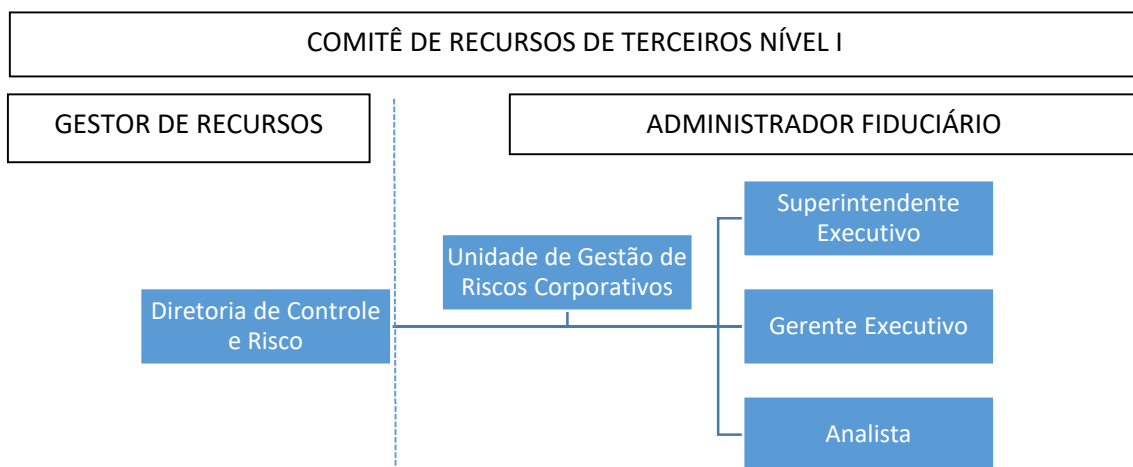



Figura 1 Organograma da Atividade de Gestão de Riscos das Carteiras

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 11 de 26 |

|   |   |
|---|---|
|  <b>Banrisul</b> | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>                          |   |

## **V. Das Regras, Procedimentos e dos Controles para o Gerenciamento de Riscos**

29. Os procedimentos para o gerenciamento de riscos das carteiras de valores mobiliários estão relacionados ao processo de definição de limites de risco, de níveis de alerta e de alçada, à revisão de parâmetros, premissas e métricas utilizadas e a definição de estruturas e ferramentas para a mensuração e monitoramento dos riscos das carteiras.

30. O Gestor de Recursos utiliza, preferencialmente, os limites de exposição de riscos expressos nos regulamentos ou nos contratos das carteiras de valores mobiliários.

31. Não havendo registro nos regulamentos ou nos contratos das carteiras de valores mobiliários dos limites de exposição de riscos, a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, com base na metodologia do Administrador Fiduciário de classificação das carteiras e de acordo com uma escala de risco contínuo, sugere ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e ao Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos, a quem cabe a aprovação, os limites de exposição e os níveis de alerta a serem adotados pelo Gestor de Recursos.

32. Os limites e os níveis de alerta devem ser revistos, ao menos, anualmente, ou a qualquer tempo, conforme a evolução do ambiente de risco ao qual as carteiras estão expostas.

33. Para cada tipo de risco, existem as seguintes classificações de alerta, as quais correspondem ao grau de utilização dos limites: verde, alerta baixo, alerta médio, alerta alto, alerta máximo e vermelho. A classificação “vermelho” corresponde à situação em que as carteiras estarão desenquadradas frente à determinado limite de risco. Observa-se que:

- Para os casos em que as carteiras apresentem classificação verde, alerta baixo, alerta médio ou alerta alto, não há requisição de ajuste, ressaltada a atenção do Gestor de Recursos em manter observação das carteiras, por intermédio da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros;
- Nos casos de alerta máximo, não há requisição do ajuste das carteiras, desde que o nível de utilização do limite seja avaliado pelo Comitê de Investimentos do Gestor de Recursos e deliberada pelo Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos;
- No caso de alerta vermelho, requisita-se o imediato ajuste da exposição ao risco da carteira, observando as possibilidades e prazos de desenquadramento passivo. Esta situação deverá tramitar pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível I;

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 12 de 26 |

**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**

- iv. Em caso de desenquadramento (quando determinado fundo estiver em situação de alerta vermelho), adotam-se os seguintes procedimentos: a) Unidade de Gestão de Riscos Corporativos deve comunicar imediatamente sobre o ocorrido aos coordenadores dos Comitês de Gestão de Recursos Nível I e de Investimentos;

34. A revisão dos parâmetros, premissas e métricas utilizadas é realizada, ao menos, anualmente ou a qualquer momento, caso sejam detectadas incoerências ou alterações significativas nas premissas ou condições de mercado consideradas. Adota-se, para o caso do risco de mercado, o teste de Kupiec para a estimação do intervalo esperado de exceções ao modelo. Para os demais riscos, as exceções, se existirem, são analisadas de forma qualitativa em cada ocorrência.


35. As metodologias, parâmetros, premissas e ferramentas adotados são avaliadas pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos que as sugere ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e à Diretoria de Controle e Risco do Gestor de Recursos, a quem cabe a sua aprovação. Atualmente, os cálculos são realizados através de soluções desenvolvidas internamente e, para o gerenciamento do risco de mercado, é utilizado sistema contratado de terceiros.

36. O monitoramento dos riscos das carteiras abrange o acompanhamento, pela Diretoria de Controle e Risco do Gestor de Recursos, das exposições assumidas pelo Gestor de Recursos e dos principais fatores de riscos das carteiras, dentre os quais: (a) volatilidades de mercado; (b) correlações de mercado; (c) liquidez de mercado; (d) potenciais alterações nas condições de crédito de setores, de emissores, de emissões e/ou de contrapartes; e (e) avaliação de eventos que porventura possam vir a modificar as premissas adotadas para a elaboração de cenários de estresse.

37. O Relatório de Monitoramento da Exposição a Riscos é o principal instrumento de reporte das informações de gerenciamento de riscos das carteiras de valores mobiliários objetos da Política de Gestão de Riscos. O relatório é elaborado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos que faz o envio, diariamente, à Diretoria de Controle e Risco do Gestor de Recursos e, mensalmente, ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I.

38. O Relatório de Monitoramento da Exposição a Riscos contempla o grau de utilização dos limites de gerenciamento de riscos, a data base, as carteiras e as respectivas métricas utilizadas na estratégia de gerenciamento de riscos, limites e utilização dos mesmos, bem como a periodicidade em que são disponibilizados, devendo estar à disposição da CVM e das entidades de regulação e melhores práticas, bem como para as auditorias e verificações internas.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 13 de 26 |

|   |   |
|---|---|
|  | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>          |   |

39. Fluxo de Reporte de Informações: O Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos realiza o encaminhamento do Relatório de Monitoramento da Exposição a Riscos de cada carteira de valores mobiliários: (i) diariamente, ao Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e à Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos; (ii) mensalmente, ao Diretor de Administração de Recursos de Terceiros e à Unidade de Administração de Recursos de Recursos de Terceiros do Administrador Fiduciário, a exceção do relatório referente ao gerenciamento de risco de liquidez, encaminhado, diariamente, ao Administrador Fiduciário.

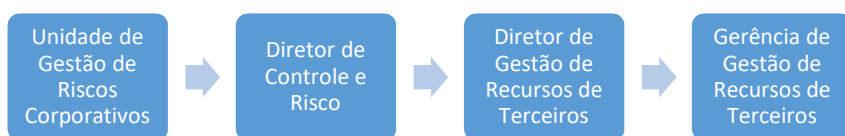


Figura 2 - Reporte Diário do Relatório de Monitoramento da Exposição a Riscos ao Gestor de Recursos, incluindo risco de liquidez



Figura 3 - Reporte Diário do Gerenciamento do Risco de Liquidez ao Administrador Fiduciário



Figura 4 - Reporte Mensal do Relatório de Monitoramento da Exposição a Riscos


40. Ajuste Permanente de Riscos: O processo de ajuste permanente de riscos das carteiras está relacionado à avaliação da necessidade de ajuste e ao processo de execução de eventuais ajustes da exposição de risco assumida pelo Gestor de Recursos. Para isso, cabe ao Comitê de Investimentos do Gestor de Recursos avaliar as estratégias e o apetite ao risco adotado para cada carteira, que devem ser deliberadas pela Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros em consonância com essa Política de Gestão de Riscos.

41. Especificamente nos casos de ocorrência de desenquadramento das carteiras, são adotados os seguintes procedimentos:

- O diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos deve informar ao Administrador Fiduciário, a ocorrência de desenquadramento das carteiras, quanto aos limites de composição, de concentração e dos fatores de risco estabelecidos na regulamentação vigente e nos regulamentos dos

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 14 de 26 |



|   |   |
|---|---|
|  | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>          |   |

fundos de investimento, até o final do dia seguinte à data do desenquadramento.

42. Sem prejuízo da responsabilidade do Gestor de Recursos a esse respeito, o Administrador Fiduciário deverá informar ao diretor de Gestão de Recursos do Gestor de Recursos e à CVM, a ocorrência de desenquadramento das carteiras, quanto aos limites de composição, concentração de carteira e de concentração em fatores de risco estabelecidos na regulamentação vigente e nos regulamentos dos fundos de investimento, até o final do dia seguinte à data do desenquadramento. A figura 5, abaixo, apresenta o fluxo de informações no caso de desenquadramento.

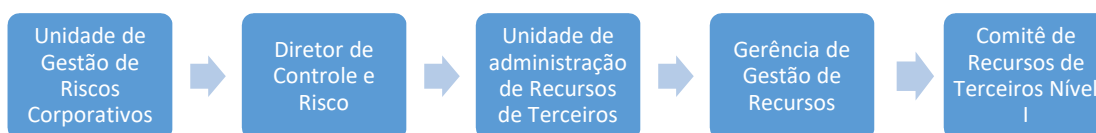


Figura 5 - Reporte em Situação de Desenquadramento


43. Nos casos de desenquadramentos passivos, onde a situação não pode ser resolvida devido a fatores exógenos e alheios a vontade do Gestor de Recursos, bem como não seja possível utilizar das situações previstas na legislação vigente, de liquidação ou incorporação do fundo de investimento, o Administrador Fiduciário deverá, através de assembleia ou por qualquer outro meio de comunicação previsto no regulamento do fundo, semestralmente, atualizar os cotistas a respeito da situação do desenquadramento e a evolução do plano de ação apresentado anteriormente.

44. O controle de riscos é a atividade relacionada à verificação da aderência dos processos de riscos descritos nesta Política com as práticas realizadas e, também, da alocação de ativos com os respectivos limites e com a política de investimentos estabelecida, sendo conduzida pela Controladoria do Banco.

## VI. Do Gerenciamento do Risco de Mercado

45. São finalidades específicas do gerenciamento do risco de mercado: (a) mensurar e acompanhar os níveis de exposição das carteiras dos fundos de investimento, inclusive para momentos de crise; (b) monitorar a pior variação diária esperada para o valor da cota de cada um dos fundos de investimento, dentro dos intervalos de confiança, em cenário normal e em cenários de estresse; e (c)

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 15 de 26 |

|   |   |
|---|---|
|  <b>Banrisul</b> | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>                          |   |

monitorar todas as posições de ativos financeiros que compõem as carteiras dos fundos de investimento e o cálculo das exposições sujeitas a risco de mercado.

46. É diretriz específica do gerenciamento de risco de mercado submeter às carteiras a um cenário de estresse, com vistas a monitorar o pior resultado esperado para as carteiras.

47. A mensuração do risco de mercado das carteiras, em condições normais de mercado, é estimada a partir do modelo paramétrico de *Value at Risk* (VaR), com intervalos de confiança de 99% e de 95%, para horizontes de 1 e de 21 dias úteis, respectivamente. Nos casos em que a política de investimentos das carteiras determine um comportamento passivo em relação a determinado parâmetro de desempenho, é adotado o modelo de VaR relativo, isto é, estima-se o maior descasamento esperado em relação ao parâmetro, em condições normais de mercado, e, nos casos em que a política de investimentos da carteira estabeleça um comportamento ativo em relação à referência de desempenho, é adotado o VaR absoluto.

48. Para a estimação de risco de mercado das carteiras em condições extremas, são adotados testes de estresse histórico e, também, o estresse BMF&Bovespa. O período do estresse histórico deve abranger período de volatilidade de mercado acima do normal. Assim como no caso da estimação de risco em condições normais de mercado, pode ser utilizado o estresse absoluto ou relativo, conforme a estratégia definida pelas respectivas políticas de investimento das carteiras.

49. Os limites de exposição e os níveis de alerta de risco de mercado, determinados a partir da análise de cada fator de risco de mercado em potencial das carteiras, estão indicados no Anexo I dessa Política de Gestão de Riscos, considerado um VaR com 99% de confiança para um horizonte de 1 (um) dia útil.

## VII. Do Gerenciamento do Risco de Crédito

50. São finalidades específicas do gerenciamento do risco de crédito estabelecer e monitorar limites de concentração de risco de crédito por setores econômicos, classificação de risco e prazos de vencimento e estimar perdas esperadas para as carteiras dos fundos de investimento, em função de probabilidade de eventos de inadimplência e de taxas estimadas de recuperação de crédito.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 16 de 26 |

**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**

51. São diretrizes para o gerenciamento de risco de crédito efetuar as avaliações de risco de operações com crédito privado que possibilitem acompanhar o negócio e o título, após sua aquisição e monitorar o risco de crédito envolvido nas operações de crédito privado das carteiras dos fundos de investimento, bem como a qualidade e capacidade de execução das garantias, enquanto o ativo permanecer na carteira.

52. Para a mensuração do risco de crédito, utilizar os seguintes fatores: (i) critérios de classificação de risco dos ativos privados de renda fixa das carteiras; (ii) probabilidade de *default* (PD) dos ativos; (iii) estimação da exposição ao entrar em *default* (EAD) de cada ativo de cada carteira; e (iv) estimação das perdas esperadas em caso de *default* (LGD) para ativos com ou sem subordinação. A partir desses fatores, são estimadas as perdas esperadas das carteiras em condições normais e estressadas. Os critérios de estresse considerados também são definidos pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível I.

53. Para que sejam estimados os valores presentes das perdas esperadas, são calculados os valores futuros esperados e as taxas de sobrevivência estimadas. Os valores futuros esperados são calculados, para cada ativo, pela seguinte fórmula:

$$EPC = PD \cdot (EAD - GAR) \cdot LGD$$

Onde:

EPC = Expectativa de Perda de Crédito

PD = Probabilidade de *Default*

EAD = Exposição ao Entrar em *Default*

GAR = Valor Estimado no Momento do *Default* para as Garantias

Consideradas

LGD = Perda em Caso de *Default*

54. As taxas de sobrevivência, em anos, são estimadas a partir da fórmula:

$$TXSob = (1 - PD)^{(t)}$$

Onde:

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 17 de 26 |

**Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários**

TXSob = Taxa de Sobrevivência

t = Prazo do Ativo, em anos

55. Os valores presentes das perdas esperadas são calculados pela seguinte fórmula:

$$\text{PVEPC} = \text{EPC} \cdot (1 - \text{TXSob})$$

Onde:

PVEPC = Valor Presente da Expectativa de Perda de Crédito

56. As perdas esperadas das carteiras são calculadas pela média ponderada das perdas dos ativos e suas respectivas participações no total do patrimônio líquido dos fundos.

57. Critérios Adicionais para Estimação de Níveis de Risco: Os seguintes indicadores podem ser utilizados como justificativa para que haja diferenciação no nível de risco do ativo e/ou emissor:

- i. Emissores que possuem capital aberto, performance (tendência de médio/longo prazo e/ou volatilidade) das suas ações em bolsa;
- ii. Ativos precificados por uma fonte independente e pública de preços, performance de taxas de mercado, medida pelo diferencial entre as taxas do ativo e as taxas de um título público federal equivalente e/ou por meio da volatilidade desses *spreads*;
- iii. Diferença nos *ratings* internos ou publicados pelas seguintes agências classificadoras de risco: Moody's, Standard & Poors e Fitch Ratings;
- iv. *Spreads* praticados nas últimas emissões do emissor;
- v. Performance de índice setorial que possa ser considerado representativo do desempenho da empresa;
- vi. Pontualidade do dever no cumprimento das obrigações do emissor e a experiência do emissor no ramo;
- vii. Capacidade de geração de retornos financeiros do emissor;
- viii. Lucratividade, endividamento e liquidez do emissor;
- ix. Ambiente de concorrência do negócio; e
- x. Situação do grupo econômico ao qual o emissor faz parte.

58. Cenários de Estresse: São simulados os impactos nas carteiras em função de eventos independentes (piora na qualidade de crédito de determinados ativos específicos) e em função de eventos dependentes ou sistêmicos (piora em todos

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 18 de 26 |

os ativos de determinado setor ou uma piora generalizada de todos os ativos da carteira).

59. **Eventos Independentes:** Para a avaliação de estresse de eventos independentes é considerada uma deterioração na qualidade do crédito em três graus de *rating* de cada um dos três ativos que representarem as maiores perdas esperadas das carteiras dos fundos de investimento.

60. **Eventos Sistêmicos:** São considerados eventos sistêmicos aqueles em que houver uma deterioração generalizada em um determinado setor ou em todos ativos de crédito privado das carteiras dos fundos de investimento. Assim como no caso dos eventos independentes, é simulada uma piora em três graus de *rating* dos ativos. A diferença da simulação de eventos sistêmicos está na abrangência da quantidade e qualidade de ativos selecionados.

61. Os Limites de exposição e os níveis de alerta de risco de crédito são estabelecidos a partir de um percentual máximo de valor presente da expectativa de perda de crédito em relação ao total de ativos de cada fundo e de acordo com o perfil de investimento das carteiras, conforme tabela abaixo.


Tabela 1 – Limites e Níveis de Alerta de Risco de Crédito

| Tipo de Carteira              | Verme-<br>lho | Alerta<br>Máximo | Alerta<br>Alto | Alerta<br>Médio | Alerta<br>Baixo |
|-------------------------------|---------------|------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Fundos com Cota de Abertura   | 2,50%         | 2,00%            | 1,88%          | 1,75%           | 1,63%           |
| Fundos de Crédito Privado     | 10,00%        | 8,00%            | 7,50%          | 7,00%           | 6,50%           |
| Fundos de Crédito Livre       | 14,00%        | 11,20%           | 10,50%         | 9,80%           | 9,10%           |
| Demais Fundos de Investimento | 6,00%         | 4,80%            | 4,50%          | 4,20%           | 3,90%           |

## VIII. Gerenciamento de Risco de Contraparte

62. A mensuração do risco da contraparte é mitigada para os ativos em que a negociação ocorra com a intermediação de depositários centrais. A eventual necessidade de negociação de ativo ou derivativo fora de uma contraparte, considerada depositário central, deve ser submetida pelo Gestor de Recursos ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I. A mensuração do risco de contraparte obedece ao estabelecido para o risco de crédito e de concentração das carteiras para os casos em que não haja a intermediação de contraparte central.

| Edição | Informação   | Data do<br>Início da<br>Vigência | Próxima<br>Revisão:                       | Aprovação   | Página          |
|--------|--|----------------------------------|---|---|-----------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                        | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer<br>momento | Comitê de Recursos de<br>Terceiros Nível II e Comitê<br>de Recursos de Terceiros<br>Nível I | Página 19 de 26 |

|   |   |
|---|---|
|  <b>Banrisul</b> | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>                          |   |

63. Limites, Níveis de Alerta e Alçadas de Risco de Contraparte: são adotados para a análise da contraparte os mesmos critérios adotados para a análise do risco de crédito de emissores e os limites e alertas de concentração de risco de crédito estabelecidos nesta Política.


## **IX. Do Gerenciamento do Risco de Liquidez**

64. São finalidades específicas do gerenciamento do risco de liquidez: (a) evitar a possibilidade de que uma parcela potencial das carteiras dos fundos de investimento fique concentrada em ativos financeiros ilíquidos e que exijam a sua venda a preços muito inferiores aos praticados no mercado, caso haja a exigência de honrar sua necessidade de caixa; (b) gerenciar os limites de risco de liquidez e a otimização dos recursos disponíveis por meio de metodologias e modelos que permitem embasar as decisões estratégicas, por meio de informações confiáveis, tempestivas e em conformidade com os normativos vigentes e com os regulamentos dos fundos de investimento; e (c) acompanhar os níveis de descasamento de liquidez entre os ativos financeiros e o passivo dos fundos de investimento, inclusive para momentos de crises.

65. São diretrizes do gerenciamento de risco de liquidez: (a) adotar práticas para que a liquidez das carteiras dos fundos de investimento seja compatível com os prazos previstos nos regulamentos para pagamento dos pedidos de resgate e o cumprimento das obrigações dos fundos de investimento; (b) levar em conta, no mínimo, a liquidez dos diferentes ativos financeiros dos fundos de investimento, suas obrigações, os valores de resgate esperados em condições ordinárias, calculados com critérios estatísticos consistentes e verificáveis e o grau de dispersão da propriedade das cotas pelos investidores (perfil do passivo); (c) manter níveis mínimos de ativos financeiros com alta liquidez de mercado nas carteiras dos fundos de investimento; (d) submeter as carteiras a testes de estresse periódicos, consistentes, passíveis de verificação e adequados às características dos fundos de investimento, às variações históricas dos cenários eleitos para o teste e às condições de mercado vigentes, levando em consideração, no mínimo, as movimentações do passivo, liquidez dos ativos financeiros, obrigações e a cotização de cada uma das carteiras; e (e) avaliar a liquidez do fundo de investimento investido, no caso do fundo de investimento investir em cotas de outros fundos de investimento, considerando, no mínimo, o volume investido, as regras de pagamento de resgate do fundo investido e os sistemas e ferramentas de gestão de liquidez utilizadas pelo administrador/gestor do fundo investido, se não estiver sob a administração e gestão do Conglomerado Financeiro Banrisul.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página                        |
|--------|--|----------------------------|--|--|-------------------------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página <b>20</b> de <b>26</b> |



|   |   |
|---|---|
|  <b>Banrisul</b> | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>                          |   |

66. A mensuração do risco de liquidez considera a negociabilidade de mercado de cada ativo existente em carteira, os resgates esperados pelo conjunto de cotistas dos fundos, os resgates esperados em função do grau de dispersão da propriedade das cotas e as obrigações dos fundos. A partir desses quatro fatores, é calculado o índice de liquidez de cada carteira, em condições normais e, também, estressadas.

67. O risco de liquidez de fluxo de caixa é avaliado para os seguintes horizontes de tempo: 1d, 5d, 21d, 42d, 63d, 126 e 252d. Adicionalmente, é considerado o vértice correspondente ao prazo de liquidação financeira dos resgates do fundo, o qual é a referência para o cálculo do índice de liquidez da carteira.

68. O Índice de Liquidez mede a capacidade, por período, que cada fundo de investimento tem de honrar seus desembolsos esperados. Para o cálculo em diferentes horizontes de tempo, os saldos positivos ou negativos são acumulados de um período para outro. Um índice inferior a 1 (um), indica uma situação de iliquidez para o Fundo de Investimento, o que deve ser imediatamente comunicado pelo Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos aos coordenadores do Comitê de Gestão de Recursos Nível I e do Comitê de Investimentos. A equação abaixo formaliza o conceito do índice utilizado para cada período.

$$IL = \frac{\text{Ativos Líquidos Estressados} + \text{Liquidez Períodos Anteriores}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa em Situação de Estresse}}$$

Onde:

IL = Índice de Liquidez;

Ativos Líquidos Estressados: Caixa, operações compromissadas com lastro em títulos públicos, direitos a receber e ativos passíveis de liquidação, em situação de estresse;

Saídas Líquidas de Caixa em Situação de Estresse: Obrigações e encargos a pagar, resgates convertidos e não pagos e o valor estimado de resgate em situação de estresse;

Liquidez Períodos Anteriores: Somatório de todos ativos liquidáveis em períodos anteriores subtraído do somatório de todas as saídas líquidas estimadas para períodos anteriores.

69. A tabela a seguir apresenta a classificação de risco de liquidez e os níveis de alerta:

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página                        |
|--------|--|----------------------------|--|--|-------------------------------|
| 2º     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página <b>21</b> de <b>26</b> |


|   |   |
|---|---|
|  | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>          |   |

Tabela 2 – Classificação de Risco de Liquidez das Carteiras

| <b>Classificação de Liquidez</b> | <b>Descrição</b>                     | <b>IL MÁXIMO</b> |
|----------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| <b>Verde</b>                     | Utilização do limite <= 65%          | NA               |
| <b>Alerta Baixo</b>              | Utilização do limite <= 70% e > 65%  | 1,5385           |
| <b>Alerta Médio</b>              | Utilização do limite <= 75% e > 70%  | 1,4286           |
| <b>Alerta Alto</b>               | Utilização do limite <= 80% e > 75%  | 1,3333           |
| <b>Alerta Máximo</b>             | Utilização do limite <= 100% e > 80% | 1,2500           |
| <b>Vermelho</b>                  | Utilização do limite > 100%          | 1,0000           |

70. A classificação de liquidez “Vermelho” indica desenquadramento do risco de liquidez. Já os níveis de alçada são definidos pelos níveis de alerta, observados os reportes indicados nesta Política de Gestão de Riscos.

## **X. Risco de Concentração**

71. As métricas adotadas para o gerenciamento de risco de concentração são relacionadas à definição de classes de ativos comparáveis e a limites atribuídos a cada classe. A definição das classes e seus respectivos limites devem estar em conformidade com a política de investimento de cada fundo e devem ser aprovadas pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e pela Diretoria de Controle e Risco do Gestor de Recursos.

72. Limites e Níveis de Alerta de Risco de Concentração: Para a definição dos limites e dos níveis de alerta de risco de concentração a crédito privado, são estabelecidos grupos de fundos, conforme suas políticas de investimento: crédito livre; crédito privado e sem classificação especial de crédito, conforme tabelas a seguir. A concentração dos demais tipos de risco é tratada internamente, através do gerenciamento dos respectivos riscos.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página                        |
|--------|--|----------------------------|--|--|-------------------------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página <b>22</b> de <b>26</b> |

## Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários

Tabela 3 – Limites de concentração de crédito para fundos de crédito livre

| LIMITES E ALERTAS PARA CARTEIRAS DE CRÉDITO LIVRE |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |
|---|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|
| Limite Individual por Rating                      | Vermelho         |            |            | Alerta Máximo    |            |            | Alerta Alto      |            |            | Alerta Médio     |            |            | Alerta Baixo     |            |            |
|   | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada |
| AAA   | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 16,00%           | 8,00%      | 4,00%      | 12,80%           | 6,40%      | 3,20%      | 10,24%           | 5,12%      | 2,56%      | 8,19%            | 4,10%      | 2,05%      |
| de AA- até AA+                                    | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 12,00%           | 6,00%      | 3,00%      | 9,60%            | 4,80%      | 2,40%      | 7,68%            | 3,84%      | 1,92%      | 6,14%            | 3,07%      | 1,54%      |
| de A- até A+                                      | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 9,60%            | 4,80%      | 2,40%      | 7,68%            | 3,84%      | 1,92%      | 6,14%            | 3,07%      | 1,54%      | 4,92%            | 2,46%      | 1,23%      |
| de BBB- até BBB+                                  | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 3,20%            | 1,60%      | 0,80%      | 2,56%            | 1,28%      | 0,64%      | 2,05%            | 1,02%      | 0,51%      | 1,64%            | 0,82%      | 0,41%      |
| BB+ ou inferior                                   | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 1,60%            | 0,80%      | 0,40%      | 1,28%            | 0,64%      | 0,32%      | 1,02%            | 0,51%      | 0,26%      | 0,82%            | 0,41%      | 0,20%      |
| Limite por Grupo de Rating                        | Vermelho         |            |            | Alerta Máximo    |            |            | Alerta Alto      |            |            | Alerta Médio     |            |            | Alerta Baixo     |            |            |
|   | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada |
| AAA   | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 80,00%           | 40,00%     | 20,00%     | 64,00%           | 32,00%     | 16,00%     | 51,20%           | 25,60%     | 12,80%     | 40,96%           | 20,48%     | 10,24%     |
| de AA- até AA+                                    | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 68,00%           | 34,00%     | 17,00%     | 54,40%           | 27,20%     | 13,60%     | 43,52%           | 21,76%     | 10,88%     | 34,82%           | 17,41%     | 8,70%      |
| de A- até A+                                      | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 48,00%           | 24,00%     | 12,00%     | 38,40%           | 19,20%     | 9,60%      | 30,72%           | 15,36%     | 7,68%      | 24,58%           | 12,29%     | 6,14%      |
| de BBB- até BBB+                                  | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 32,00%           | 16,00%     | 8,00%      | 25,60%           | 12,80%     | 6,40%      | 20,48%           | 10,24%     | 5,12%      | 16,38%           | 8,19%      | 4,10%      |
| BB+ ou inferior                                   | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 16,00%           | 8,00%      | 4,00%      | 12,80%           | 6,40%      | 3,20%      | 10,24%           | 5,12%      | 2,56%      | 8,19%            | 4,10%      | 2,05%      |

Tabela 4 – Limites de concentração de crédito para fundos de crédito privado

| LIMITES E ALERTAS PARA CARTEIRAS DE CRÉDITO PRIVADO |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |
|---|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|
| Limite Individual por Rating                        | Vermelho         |            |            | Alerta Máximo    |            |            | Alerta Alto      |            |            | Alerta Médio     |            |            | Alerta Baixo     |            |            |
|   | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada |
| AAA   | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 10,00%           | 5,00%      | 2,50%      | 8,00%            | 4,00%      | 2,00%      | 6,40%            | 3,20%      | 1,60%      | 5,12%            | 2,56%      | 1,28%      |
| de AA- até AA+                                      | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 6,00%            | 3,00%      | 1,50%      | 4,80%            | 2,40%      | 1,20%      | 3,84%            | 1,92%      | 0,96%      | 3,07%            | 1,54%      | 0,77%      |
| de A- até A+  | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 4,00%            | 2,00%      | 1,00%      | 3,20%            | 1,60%      | 0,80%      | 2,56%            | 1,28%      | 0,64%      | 2,05%            | 1,02%      | 0,51%      |
| de BBB- até BBB+                                    | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 3,00%            | 1,50%      | 0,75%      | 2,40%            | 1,20%      | 0,60%      | 1,92%            | 0,96%      | 0,48%      | 1,54%            | 0,77%      | 0,38%      |
| BB+ ou inferior                                     | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 1,00%            | 0,50%      | 0,25%      | 0,80%            | 0,40%      | 0,20%      | 0,64%            | 0,32%      | 0,16%      | 0,51%            | 0,26%      | 0,13%      |
| Limite por Grupo de Rating                          | Vermelho         |            |            | Alerta Máximo    |            |            | Alerta Alto      |            |            | Alerta Médio     |            |            | Alerta Baixo     |            |            |
|   | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada |
| AAA   | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 80,00%           | 40,00%     | 20,00%     | 64,00%           | 32,00%     | 16,00%     | 51,20%           | 25,60%     | 12,80%     | 40,96%           | 20,48%     | 10,24%     |
| de AA- até AA+                                      | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 64,00%           | 32,00%     | 16,00%     | 51,20%           | 25,60%     | 12,80%     | 40,96%           | 20,48%     | 10,24%     | 32,77%           | 16,38%     | 8,19%      |
| de A- até A+  | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 48,00%           | 24,00%     | 12,00%     | 38,40%           | 19,20%     | 9,60%      | 30,72%           | 15,36%     | 7,68%      | 24,58%           | 12,29%     | 6,14%      |
| de BBB- até BBB+                                    | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 32,00%           | 16,00%     | 8,00%      | 25,60%           | 12,80%     | 6,40%      | 20,48%           | 10,24%     | 5,12%      | 16,38%           | 8,19%      | 4,10%      |
| BB+ ou inferior                                     | 100,00%          | 100,00%    | 100,00%    | 5,00%            | 2,50%      | 1,25%      | 4,00%            | 2,00%      | 1,00%      | 3,20%            | 1,60%      | 0,80%      | 2,56%            | 1,28%      | 0,64%      |


Tabela 5 – Limites de concentração de crédito para fundos sem classificação especial de crédito

| LIMITES E ALERTAS PARA CARTEIRAS QUE NÃO SÃO NEM CRÉDITO PRIVADO NEM CRÉDITO LIVRE |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |                  |            |            |
|--|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|------------------|------------|------------|
| Limite Individual por Rating   | Vermelho         |            |            | Alerta Máximo    |            |            | Alerta Alto      |            |            | Alerta Médio     |            |            | Alerta Baixo     |            |            |
|  | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada |
| AAA  | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 10,00%           | 5,00%      | 2,50%      | 8,00%            | 4,00%      | 2,00%      | 6,40%            | 3,20%      | 1,60%      | 5,12%            | 2,56%      | 1,28%      |
| de AA- até AA+   | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 6,00%            | 3,00%      | 1,50%      | 4,80%            | 2,40%      | 1,20%      | 3,84%            | 1,92%      | 0,96%      | 3,07%            | 1,54%      | 0,77%      |
| de A- até A+   | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 4,00%            | 2,00%      | 1,00%      | 3,20%            | 1,60%      | 0,80%      | 2,56%            | 1,28%      | 0,64%      | 2,05%            | 1,02%      | 0,51%      |
| de BBB- até BBB+   | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 2,00%            | 1,00%      | 0,50%      | 1,60%            | 0,80%      | 0,40%      | 1,28%            | 0,64%      | 0,32%      | 1,02%            | 0,51%      | 0,26%      |
| BB+ ou inferior  | 20,00%           | 10,00%     | 5,00%      | 0,50%            | 0,25%      | 0,13%      | 0,40%            | 0,20%      | 0,10%      | 0,32%            | 0,16%      | 0,08%      | 0,26%            | 0,13%      | 0,06%      |
| Limite por Grupo de Rating   | Vermelho         |            |            | Alerta Máximo    |            |            | Alerta Alto      |            |            | Alerta Médio     |            |            | Alerta Baixo     |            |            |
|  | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada | Inst. Financeira | Cia Aberta | PJ Fechada |
| AAA  | 50,00%           | 50,00%     | 50,00%     | 40,00%           | 20,00%     | 10,00%     | 32,00%           | 16,00%     | 8,00%      | 25,60%           | 12,80%     | 6,40%      | 20,48%           | 10,24%     | 5,12%      |
| de AA- até AA+   | 50,00%           | 50,00%     | 50,00%     | 32,00%           | 16,00%     | 8,00%      | 25,60%           | 12,80%     | 6,40%      | 20,48%           | 10,24%     | 5,12%      | 16,38%           | 8,19%      | 4,10%      |
| de A- até A+   | 50,00%           | 50,00%     | 50,00%     | 24,00%           | 12,00%     | 6,00%      | 19,20%           | 9,60%      | 4,80%      | 15,36%           | 7,68%      | 3,84%      | 12,29%           | 6,14%      | 3,07%      |
| de BBB- até BBB+   | 50,00%           | 50,00%     | 50,00%     | 16,00%           | 8,00%      | 4,00%      | 12,80%           | 6,40%      | 3,20%      | 10,24%           | 5,12%      | 2,56%      | 8,19%            | 4,10%      | 2,05%      |
| BB+ ou inferior  | 50,00%           | 50,00%     | 50,00%     | 5,00%            | 2,50%      | 1,25%      | 4,00%            | 2,00%      | 1,00%      | 3,20%            | 1,60%      | 0,80%      | 2,56%            | 1,28%      | 0,64%      |

## XI. Risco Operacional

73. A metodologia utilizada no gerenciamento de risco operacional para realização de análises qualitativas consiste na avaliação, de maneira descentralizada e pela visão dos gestores, da efetividade dos controles e da

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2º     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 23 de 26 |

|   |   |
|---|---|
|  <b>Banrisul</b> | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>                          |   |

potencialidade dos riscos, possibilitando a detecção de exposições indesejadas e a implementação de medidas corretivas.

74. Essa metodologia prevê a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais, por meio da realização, no mínimo anualmente, de análise de riscos operacionais nas áreas envolvidas na Administração Fiduciária e na Gestão de Recursos do Conglomerado Financeiro Banrisul.

75. No âmbito quantitativo, os eventos são coletados, consolidados em uma base de dados interna e monitorados, com o propósito de obter informações padronizadas, abrangentes, consistentes e atualizadas.

76. Após a avaliação, são propostos tratamentos para os riscos operacionais identificados, considerando a exposição financeira e outros impactos (regulatório, imagem, dentre outros). O gestor do risco deve, necessariamente, optar por apenas uma das alternativas entre aceitar, reduzir, transferir ou evitar o risco.

77. O controle e a mitigação são realizados por meio de ações e estratégias que visam manter a exposição ao risco operacional das atividades em níveis adequados. As opções de tratamento são formalizadas, estabelecendo prazos e responsáveis, dentre outras informações.


78. Após a formalização das ações elas são encaminhadas, juntamente com os riscos operacionais que compõem a matriz de riscos, para análise e deliberação.

## **XII. Considerações Finais**

79. Compete ao Banrisul, na qualidade de representante legal das carteiras sob administração, por meio da Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros, efetivar as contratações dos prestadores de serviços selecionados com base nesta Política.

80. O contrato entre as partes deverá especificar a responsabilidade solidária entre o Banrisul e os terceiros contratados por prejuízos causados aos cotistas, em virtude de condutas contrárias à lei, ao regulamento ou aos atos normativos expedidos pela CVM.


| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página                        |
|--------|--|----------------------------|--|--|-------------------------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página <b>24</b> de <b>26</b> |

|   |   |
|---|---|
|  | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>          |   |

81. A documentação citada ou envolvida de alguma forma com esta Política deve ser mantida por um período mínimo de cinco anos pela área responsável pela geração de cada documento.

82. Cabe ao Administrador Fiduciário fornecer os dados necessários para o Gestor de Recursos implementar o gerenciamento do risco de liquidez, especialmente em relação a característica do passivo das carteiras, tomando os cuidados relativamente à confidencialidade das informações.

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página                        |
|--------|--|----------------------------|--|--|-------------------------------|
| 2ª     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página <b>25</b> de <b>26</b> |

|   |   |
|---|---|
|  | Administração de Carteiras de Valores Mobiliários |
| <b>Política de Gestão de Riscos das Carteiras de Valores Mobiliários</b>          |   |

Anexo I – Limites e níveis de alerta de risco de mercado (% de VaR com 99% de confiança para horizonte de 1 dia)

| FUNDOS DE INVESTIMENTO                      | Limites Risco de Mercado | Alerta Máximo | Alerta Alto | Alerta Médio | Alerta Baixo |
|---|--------------------------|---------------|-------------|--------------|--------------|
| BANRISUL ABSOLUTO FI RF LP                  | 0,94%                    | 0,76%         | 0,71%       | 0,66%        | 0,61%        |
| BANRISUL AUTOMÁTICO FI RF CURTO PRAZO       | 0,94%                    | 0,76%         | 0,71%       | 0,66%        | 0,61%        |
| BANRISUL MASTER FI RF REFERENCIADO-DI LP    | 0,94%                    | 0,76%         | 0,71%       | 0,66%        | 0,61%        |
| BANRISUL PREMIUM FI RF LP                   | 0,94%                    | 0,76%         | 0,71%       | 0,66%        | 0,61%        |
| BANRISUL SIMPLES RF FICFI                   | 0,94%                    | 0,76%         | 0,71%       | 0,66%        | 0,61%        |
| BANRISUL SOBERANO FI RF SIMPLES LP          | 0,94%                    | 0,76%         | 0,71%       | 0,66%        | 0,61%        |
| BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RF                 | 1,05%                    | 0,84%         | 0,79%       | 0,73%        | 0,68%        |
| BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RF            | 1,15%                    | 0,92%         | 0,86%       | 0,80%        | 0,74%        |
| BANRISUL FOCO IRF-M FI RF LP                | 2,76%                    | 2,21%         | 2,07%       | 1,93%        | 1,79%        |
| BANRISUL MIX FICFI RF LP                    | 2,76%                    | 2,21%         | 2,07%       | 1,93%        | 1,79%        |
| BANRISUL PERFIL FICFI RF LP                 | 2,76%                    | 2,21%         | 2,07%       | 1,93%        | 1,79%        |
| BANRISUL SUPER FI RF                        | 2,76%                    | 2,21%         | 2,07%       | 1,93%        | 1,79%        |
| BANRISUL VIP FI RF LP                       | 2,76%                    | 2,21%         | 2,07%       | 1,93%        | 1,79%        |
| FAPI CONSERVADOR                            | 2,76%                    | 2,21%         | 2,07%       | 1,93%        | 1,79%        |
| BANRISUL FLEX CRÉDITO PRIVADO FI RF LP      | 3,92%                    | 3,13%         | 2,94%       | 2,74%        | 2,55%        |
| BANRISUL FLEX PLUS CRÉDITO PRIVADO FI RF LP | 3,92%                    | 3,13%         | 2,94%       | 2,74%        | 2,55%        |
| BANRISUL PATRIMONIAL FI RF LP               | 3,92%                    | 3,13%         | 2,94%       | 2,74%        | 2,55%        |
| BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL FI RF LP     | 3,92%                    | 3,13%         | 2,94%       | 2,74%        | 2,55%        |
| BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL II FI RF LP  | 3,92%                    | 3,13%         | 2,94%       | 2,74%        | 2,55%        |
| BANRISUL FOCO IMA-B FI RF LP                | 5,05%                    | 4,04%         | 3,79%       | 3,54%        | 3,29%        |
| BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL III FI RF LP | 5,05%                    | 4,04%         | 3,79%       | 3,54%        | 3,29%        |
| BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL IV FI RF LP  | 5,05%                    | 4,04%         | 3,79%       | 3,54%        | 3,29%        |
| BANRISUL DIVIDENDOS FIA                     | 7,16%                    | 5,73%         | 5,37%       | 5,01%        | 4,65%        |
| BANRISUL FIAÇÕES                            | 7,16%                    | 5,73%         | 5,37%       | 5,01%        | 4,65%        |
| BANRISUL ÍNDICE FIA                         | 7,16%                    | 5,73%         | 5,37%       | 5,01%        | 4,65%        |
| BANRISUL INFRA FIA                          | 7,16%                    | 5,73%         | 5,37%       | 5,01%        | 4,65%        |
| BANRISUL PERFORMANCE FIA                    | 7,16%                    | 5,73%         | 5,37%       | 5,01%        | 4,65%        |

| Edição | Informação   | Data do Início da Vigência | Próxima Revisão:                       | Aprovação  | Página          |
|--------|--|----------------------------|--|--|-----------------|
| 2º     | ( ) confidencial<br>( ) uso interno<br>(X) pública | 26/7/2017                  | 26/07/2017<br>ou<br>A qualquer momento | Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I | Página 26 de 26 |